



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

COMISSÃO TEMÁTICA PROCESSANTE E DE NORMATIZAÇÃO

Relatório Final

Apresento em anexo proposta de minuta de Deliberação Normativa, sobre os prazos dos procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito do Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica, que submetida à apreciação e deliberação da Comissão Temática Processante e Normativa, restou, por unanimidade dos presentes, aprovada, ressalvado proposta de inclusão de novo artigo nos termos consignados pelo voto dissidente do conselheiro representante da PGE.

Fernanda F. Bandeira de Mello – SMA/CFA - Relatora
15/09/2015



Deliberação Normativa CONSEMA .../2015
De .. de setembro de 2015
.... Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

Dispõe sobre os prazos dos procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito do Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica, e dá outras providências.

Artigo 1º - Em situação de criticidade hídrica, o licenciamento ambiental para empreendimentos, obras ou atividades destinados ao abastecimento público de água, considerados efetiva ou potencialmente causadores de degradação do meio ambiente, será processado nos termos desta regulamentação, sem prejuízo de normas federais e estaduais sobre o tema, observadas as seguintes condições:

I – Declaração formal do órgão ou entidade pública competente reconhecendo a criticidade hídrica que possa comprometer a segurança e eficiência de um sistema de fornecimento de água potável à população;

II – Requerimento do Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos ao Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando aplicação do procedimento de licenciamento estabelecido nesta Deliberação Normativa aos empreendimentos, obras ou atividades nominadas;

III – Acolhimento pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente do requerimento previsto no inciso II deste artigo.

Parágrafo único – O requerimento deverá ser instruído com a declaração de situação de criticidade e das justificativas para os empreendimentos, obras ou atividades pretendidos, bem como outros documentos essenciais à compreensão dos fatos.

Artigo 2º - A viabilidade ambiental de empreendimento, obra ou atividade a que se refere o artigo anterior, será avaliada pela CETESB com base nos seguintes estudos ambientais:

I - Estudo Ambiental Simplificado – EAS: para empreendimentos, obras ou atividades considerados de baixo potencial de degradação ambiental;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

II - Relatório Ambiental Preliminar – RAP: para empreendimentos, obras ou atividades considerados potencialmente causadores de degradação do meio ambiente, que não se enquadrem nos incisos I e III deste artigo;

III - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA: para empreendimentos, obras ou atividades considerados como potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

Parágrafo único – Não sendo conhecidas a magnitude e a significância dos potenciais impactos ambientais decorrentes da implantação e da operação do empreendimento, da obra ou da atividade, o empreendedor poderá apresentar à CETESB consulta prévia, com vistas à definição do estudo ambiental cabível.

SEÇÃO I

DO PROCEDIMENTO PARA O LICENCIAMENTO POR MEIO DE EAS

Artigo 3º - Na hipótese prevista no inciso I do artigo 2º, o interessado deverá protocolizar pedido de Licença Prévia acompanhado do respectivo Estudo Ambiental Simplificado-EAS, conforme roteiro fornecido pela CETESB.

§ 1º - O empreendedor, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data do protocolo do requerimento, comprovará a divulgação do pedido de licença e da abertura de prazo para manifestações, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento, obra ou atividade, sob pena de arquivamento do processo de licenciamento.

§ 2º - Qualquer cidadão poderá manifestar-se acerca do empreendimento, da obra ou da atividade, com as respectivas razões, por meio de petição escrita endereçada à CETESB no prazo de 5 (cinco) dias contado da data da referida publicação.

§ 3º - No caso de requisição de informações complementares pela CETESB, o empreendedor terá 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da solicitação, para apresentá-las, sob pena de arquivamento do processo.

Artigo 4º - Cumpridas as formalidades, a CETESB analisará o EAS, em 10 (dez) dias úteis, considerando as manifestações escritas que receber e podendo em seguida:

I - indeferir o pedido de licença em decorrência de impedimentos legais ou técnicos;

II - deferir o pedido de licença, determinando a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos negativos e estabelecendo as condições para as demais fases do licenciamento;

Parágrafo único - Em qualquer das hipóteses previstas no *caput*, a decisão sobre a licença ambiental será devidamente motivada e publicada no D.O.E.



SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PARA O LICENCIAMENTO POR MEIO DE RAP

Artigo 5º - Na hipótese prevista no inciso II do artigo 2º, o empreendedor requererá à CETESB a Licença Prévia (LP), instruindo o pedido com o Relatório Ambiental Preliminar-RAP.

§ 1º - O empreendedor deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data do protocolo do requerimento, os comprovantes referentes à divulgação do pedido de licença e da abertura de prazo para manifestações, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e em jornal da localidade onde se situa o empreendimento, obra ou atividade, sob pena de arquivamento do processo de licenciamento.

§ 2º - Qualquer cidadão poderá manifestar-se acerca do empreendimento, da obra ou da atividade, com as respectivas razões, por meio de petição escrita endereçada à CETESB no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da referida publicação.

§ 3º - O RAP deverá ser elaborado com base no “Manual para Elaboração de Estudos para Licenciamento Ambiental”, divulgado no site da CETESB.

Artigo 6º - Cumpridas as formalidades, a CETESB analisará o RAP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, considerando as manifestações escritas que receber, podendo:

I - indeferir o pedido de licença em razão de impedimentos legais ou técnicos;

II - deferir o pedido de licença, determinando a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias para impactos negativos e estabelecendo as condições para as demais fases do licenciamento;

Parágrafo único - Em qualquer das hipóteses apontadas, a decisão sobre a licença ambiental será devidamente motivada e publicada D.O.E.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO PARA O LICENCIAMENTO POR MEIO DE EIA-RIMA

Artigo 7º - Na hipótese prevista no inciso III do artigo 2º, o empreendedor apresentará à CETESB o pedido de Licença Prévia (LP), instruído com a proposta de Termo de Referência para elaboração do EIA e do respectivo RIMA.

Parágrafo único – A proposta de Termo de Referência deverá ser preparada com base em manual de instrução disponibilizado no site da CETESB que contempla as diretrizes e critérios gerais para a elaboração do EIA e do respectivo RIMA.

Artigo 8º - A CETESB deverá, antes de emitir o Termo de Referência do EIA/RIMA, consultar formalmente o órgão ou a entidade responsável pela administração da UC e respectiva zona de amortecimento potencialmente impactadas pelo empreendimento, obra ou atividade, que se manifestará acerca



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dos estudos ambientais que considerar relevantes, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento da consulta.

§ 1º - Os estudos específicos a serem solicitados deverão ser restritos à avaliação dos impactos do empreendimento, da obra ou da atividade na UC ou em sua zona de amortecimento.

§ 2º - O órgão responsável pela administração da UC facilitará o acesso às informações pelo empreendedor.

Artigo 9º - Com base no Termo de Referência proposto pelo empreendedor, nas manifestações recebidas dos órgãos intervenientes e em outras informações do processo, a CETESB, no prazo de 10 (dez) dias, consolidará seu Termo de Referência (TR) ao qual dará publicidade no D.O.E.

Artigo 10 - O interessado requererá à CETESB a Licença Prévia (LP) instruída com EIA e o respectivo RIMA, que deverão ser elaborados em conformidade com os critérios, as metodologias, normas e padrões estabelecidos no Termo de Referência emitido.

Parágrafo único - O RIMA deverá ser elaborado em linguagem acessível ao entendimento da população.

Artigo 11 - Protocolizado o pedido de licença prévia (LP), com a entrega do EIA e do respectivo RIMA, o empreendedor deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, os comprovantes referentes à divulgação, no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação, em jornal local e em veículos de radiodifusão.

Parágrafo único - Qualquer cidadão poderá manifestar-se acerca do empreendimento, da obra ou da atividade, com as respectivas razões, por meio de petição escrita endereçada à CETESB no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da referida publicação.

SEÇÃO IV

DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Artigo 12 - Para os licenciamentos sujeitos a EIA-RIMA, que tramitem sob o rito estabelecido nesta Deliberação Normativa, fica garantida a realização de audiência pública independentemente de solicitação, sem prejuízo do disposto no § 1º, do art. 2º, da Resolução CONAMA nº 9/87.

§ 1º - A CETESB encaminhará ao CONSEMA a solicitação de realização de audiência pública, nos termos definidos na Deliberação CONSEMA Normativa nº 01, de 14/09/2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

§ 2º - A convocação de audiência pública será feita pelo Secretário Executivo do CONSEMA, por meio do DOE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Artigo 13 - A publicidade sobre a convocação para a audiência pública deverá ser efetivada, imediatamente, pelo empreendedor, pelo órgão ou pela entidade responsável pelo empreendimento, obra ou atividade a ser discutido, por meio de divulgação do edital de convocação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo e em outros veículos de comunicação locais ou regionais, em especial de radiodifusão, por pelo menos 3 (três) dias distintos anteriores à data de sua realização, observado o período mínimo de 10 (dez) úteis.

Parágrafo único - O empreendedor deverá comprovar, até a data da realização da audiência pública, o cumprimento do disposto no *caput*.

Artigo 14 - A audiência pública será realizada no município sujeito ao impacto direto do empreendimento, da obra ou da atividade a ser implantada, e se necessário, no município situado imediatamente à jusante do empreendimento

Artigo 15 - No município em que se realizar a audiência pública, o empreendedor disponibilizará exemplares do EIA-RIMA a todos os interessados em local de acesso público, durante o período mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da realização da audiência pública, dando-se ampla publicidade a respeito desse fato.

Artigo 16 - O empreendedor ou responsável pelo assunto em discussão, deverá colocar à disposição dos interessados, durante a audiência pública, pelo menos 3 (três) exemplares do EIA-RIMA para livre consulta.

Artigo 17 – Qualquer interessado poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data da audiência pública, protocolar na sede da CETESB ou lhe encaminhar por meio de correspondência registrada, quaisquer contribuições que queira ver juntadas ao processo para ser analisadas.

SEÇÃO V

DA ANÁLISE DO EIA E DO RIMA

Artigo 18 – A CETESB considerará, além do EIA-RIMA, todas as contribuições que receber, incluindo as apresentadas na audiência pública, bem como as complementações que forem exigidas, e as manifestações de órgãos ou entidades competentes, integrantes ou não do SEAQUA, envolvidos no licenciamento ou na análise da viabilidade ambiental do empreendimento, da obra ou da atividade.

Artigo 19 - O empreendedor deverá atender à requisição de esclarecimentos e/ou complementações formulados pela CETESB no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Parágrafo único – O descumprimento injustificável do prazo estipulado neste artigo ensejará o arquivamento do processo de licença ambiental e o cancelamento da autorização do Secretário de Estado do Meio Ambiente para tramitação do processo de licenciamento do empreendimento pelo rito especial estabelecido nesta Deliberação Normativa.

Artigo 20 – A CETESB, em 20 (vinte) dias úteis após a audiência pública, emitirá Parecer Técnico conclusivo sobre a viabilidade ambiental do empreendimento, obra ou atividade.

§ 1º - A CETESB encaminhará o Parecer Técnico conclusivo e a súmula sobre o EIA-RIMA à Secretaria Executiva do CONSEMA que, imediatamente, providenciará a publicação da súmula no D.O.E. e enviará cópia do Parecer Técnico aos conselheiros.

§ 2º - A matéria deverá ser apreciada pelo Consema em caráter prioritário.

§ 3º - Aprovada a viabilidade ambiental do empreendimento, obra ou atividade, pelo Consema, nos termos do Parecer Técnico que trata da sua análise, a CETESB emitirá Licença Prévia (LP), indicando as exigências a serem cumpridas para as fases de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Artigo 21 – A CETESB deverá publicar no D.O.E. extrato da motivação do Parecer Técnico que concluiu pela inviabilidade ambiental do empreendimento.

SEÇÃO VI

DA EMISSÃO DAS LICENÇAS PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO

Artigo 22 – Os prazos de validade das licenças de empreendimento, obra ou atividade licenciados nos termos desta Deliberação Normativa são:

I - Licença Prévia (LP): máximo de 18 (dezoito) meses;

II - Licença de Instalação (LI): máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

III - Licença de Operação (LO): mínimo de 48 (quarenta e oito) meses e máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único – Em caso fortuito ou de força maior, a CETESB poderá prorrogar os prazos, de que trata este artigo, uma única vez e no máximo por igual período.



SEÇÃO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 23 - Qualquer órgão ou entidade da administração direta, indireta e fundacional, integrante ou não do SEAQUA, que deva emitir autorização, no âmbito de suas competências, nos processos que versem sobre licenciamento ambiental de empreendimento, de obra ou de atividade, tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentá-la, contado do recebimento do ofício expedido pela CETESB acompanhado dos documentos essenciais.

Parágrafo único - Estando em termos os estudos, a CETESB solicitará, no prazo de 5 dias, a autorização a que se refere o caput deste artigo.

Artigo 24 - Qualquer órgão ou entidade da administração direta, indireta e fundacional, integrante ou não do SEAQUA, que deva emitir parecer ou exarar qualquer tipo de manifestação, no âmbito de suas competências, nos processos que versem sobre licenciamento ambiental de empreendimento, obra ou atividade, tendo o prazo de 5 (cinco) para apresentá-los, nas hipóteses de EAS ou RAP e 15(quinze) dias em se tratando de EIA/RIMA, contados do recebimento do ofício expedido pela CETESB acompanhado dos documentos essenciais.

Artigo 25 - O processo que ficar injustificadamente sem movimentação por parte do empreendedor durante 30 (trinta) dias, salvo outro prazo estabelecido nesta deliberação normativa, será arquivado pela CETESB e a autorização do Secretário de Estado do Meio Ambiente para tramitar sob o rito especial previsto nesta Deliberação Normativa, cancelada.

Artigo 26 - O rito especial estabelecido nesta Deliberação Normativa poderá ser aplicado aos processos em curso, a partir da fase em que se encontram, desde que atendidas as condicionantes estabelecidas no artigo 1º.